



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h.**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 17/04/2023

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Administrativo II
Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 01

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os atos administrativos compostos resultam da conjugação da atividade individual de várias pessoas físicas, mas são unilaterais porque atribuíveis a um único sujeito, que é a administração pública.
- b) Ato administrativo é qualquer manifestação de vontade apta a produzir efeitos no âmbito do direito administrativo, ainda que praticado por um particular no exercício de sua autonomia privada, como a formulação de proposta numa licitação.
- c) A presunção de legitimidade do ato administrativo, quanto à ocorrência ou inoocorrência de fatos, não se aplica quando o particular invocar perante o Judiciário a invalidade do procedimento administrativo anterior ao ato questionado, apontando vícios na atuação administrativa.
- d) Apenas podem ser revogados os atos administrativos praticados no exercício de competências discricionárias.

Questão 02

Um dos **REQUISITOS** do ato administrativo é

- a) o objeto, elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao atendimento de um interesse público.
- b) a finalidade, que se expressa no conteúdo, na alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.
- c) o motivo, que consiste na situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente público, quando este pratica o ato administrativo.
- d) a forma, vigorando no âmbito administrativo o princípio da liberdade das formas, diversamente do que ocorre no campo do direito privado.

Questão 03

Atos administrativos eivados de vício de legalidade dever ser _____ pela própria administração.

- a) retificados.
- b) revogados.
- c) convalidados.
- d) anulados.

Questão 04

Os atos administrativos veiculam manifestações de vontade da Administração pública de diversas naturezas, podendo conceder e extinguir direitos ou apenas reconhecê-los. No exercício dessas funções, pode variar a margem de liberdade decisória conferida à Administração pública pela lei, o que permite analisar se o ato:

- a) é discricionário, cuja edição permite que a Administração se submeta ou não aos parâmetros legais, desde que haja relevantes razões de interesse público.
- b) é discricionário, que possibilita ao administrador, na análise do caso concreto e sem se afastar da previsão legal, exercer juízo de conveniência e oportunidade.
- c) é vinculado, cujos requisitos de edição estão expressamente constantes da lei, não cabendo à Administração conferir o atendimento pelo administrado.
- d) tem força de lei, no caso da delegação ao Executivo ter sido da competência legislativa, podendo substituí-la, observados os princípios que regem a Administração.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V
Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 05

Assinale a opção correta no que concerne à legislação acerca de crimes hediondos.

Alternativas

- a - A nova Lei dos Crimes Hediondos prevê, como requisito objetivo para a progressão de regime, o cumprimento de um sexto da pena caso o réu seja primário.
- b - Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, haja vista a gravidade dos crimes elencados na referida legislação.
- c - É previsto, para a prisão temporária, nos crimes hediondos, o prazo, improrrogável, de trinta dias.
- d - A nova Lei dos Crimes Hediondos afasta a obrigatoriedade de cumprimento de pena em regime integralmente fechado.

Questão 06

Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta.

- A - O rol dos crimes enumerados na Lei n.º 8.072/1990 não é taxativo.
- B - É possível o relaxamento da prisão por excesso de prazo.
- C - O prazo da prisão temporária em caso de homicídio qualificado é igual ao de um homicídio simples.
- D - Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, independentemente de fundamentação do juiz.

Questão 07

Matheus, José e Pedro, irmãos, foram condenados pela prática dos crimes de homicídio simples contra inimigo, roubo majorado pelo concurso de agentes e estupro simples, respectivamente. Após cumprirem parte das penas privativas de liberdade aplicadas, a mãe dos condenados procura o advogado da família para esclarecimentos sobre a possibilidade de serem beneficiados por decreto de indulto.

Com base apenas nas informações narradas, o advogado deverá esclarecer que, em tese,

Alternativas

- A - Matheus e José poderão ser beneficiados, pois os crimes praticados por eles não são classificados como hediondos, diferentemente do que ocorre com o crime imputado a Pedro.
- B - apenas José poderá ser beneficiado, pois os crimes praticados por Matheus e Pedro são classificados como hediondos.
- C - Matheus, José e Pedro poderão ser beneficiados, pois, apesar de hediondos os delitos praticados pelos três, o indulto poderá ser concedido em respeito ao princípio da individualização da pena.
- D - Matheus, José e Pedro poderão ser beneficiados, tendo em visto que nenhum dos delitos praticados é classificado como hediondo.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I
Professora: Esp. Ronaldo Carvalho

Questão 08

Assinale a alternativa correta:

- I. O desdobramento vertical da posse se dá em casos como os da locação, comodato ou compra e venda simples.
 - II. O detentor tem legitimidade para agir processualmente na defesa da posse que exerça.
 - III. A composses exige litisconsórcio necessário dos compossuidores no manejo dos interditos contra terceiros.
 - IV. A qualificação de "injunta" da posse não é idêntica nas hipóteses de interditos possessórios e de reivindicação.
- A) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - B) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - C) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - D) Somente a proposição IV está correta

Questão 09

Considere as seguintes proposições.

- I. A fungibilidade dos interditos possessórios é extensiva à ação de imissão de posse e à ação petítória.
- II. O caráter dúplice da ação possessória não impede o réu de reconvir relativamente à pretensão conexa com os pedidos possessório e indenizatório correspondente.
- III. Consumada a posse do esbulhador há mais de ano e dia, é defeso ao autor da ação possessória reintegrar-se liminarmente na posse; mas lhe é permitido obter a tutela antecipada, desde que preenchidos os requisitos de admissibilidade desta.
- IV. A usucapião como matéria de defesa prescinde da comprovação do *animus domini* que se presume pela própria arguição dela.

Está CORRETO o que se afirma apenas em

Alternativas

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.

Questão 10

O apartamento de João é invadido e, entre outras coisas, um paletó é furtado. Três meses depois, João descobre que o seu paletó está sendo usado por Ricardo. Ao ser confrontado, Ricardo esclarece que adquiriu o paletó há um mês de um brechó, que o mantinha exposto no mostruário. Alegou ainda que adquiriu a roupa sem saber que era proveniente de furto. Em prova do alegado, Ricardo exhibe documento comprobatório da compra do paletó feita no brechó. Tendo em vista a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) Ricardo não é o legítimo proprietário do paletó, pois o adquiriu do brechó, que não era o verdadeiro dono da coisa.
- b) Ricardo é o legítimo proprietário do paletó, uma vez que o adquiriu de boa-fé, em estabelecimento comercial, que, nas circunstâncias do caso, aparentava ser o dono da coisa.
- c) Ricardo é o legítimo proprietário do paletó, mas deve indenizar João, entregando-lhe soma equivalente ao preço que pagou ao brechó.
- d) Ricardo não é o legítimo proprietário do paletó, uma vez que o comprou do brechó apenas dois meses depois do furto sofrido por João.

Questão 11

André, domiciliado em Macapá, ajuizou ação de reintegração de posse de imóvel de sua propriedade, situado em Laranjal do Jari, em face de Paulo, domiciliado em Santana.

Considerando que a demanda foi intentada perante juízo cível da Comarca de Macapá, o magistrado, tomando contato com a petição inicial, deve:

- a) declinar, de ofício, da competência em favor do juízo cível da Comarca de Laranjal do Jari.
- b) declinar, de ofício, da competência em favor do juízo cível da Comarca de Santana.
- c) determinar a citação de Paulo, já reconhecendo que a competência é do juízo cível da Comarca de Macapá;
- d) determinar a citação de Paulo e, caso este suscite a incompetência, ordenar a remessa dos autos ao juízo cível da Comarca de Santana

Disciplina: Direito Processual Civil III

Professor: Ma. Roberta Favalessa Donini

Questão 12

O saneamento do processo é proferido pelo magistrado, porém, as partes podem colaborar, pedindo esclarecimentos ou ajustes:

- a) no prazo de cinco dias, primeiro para o autor e em seguida para o réu.
- b) no prazo comum de cinco dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- c) até o começo da instrução.
- d) caso tenha sido determinada perícia, até o oferecimento de quesitos.

Questão 13

O autor da ação poderá alterar o pedido inicial

- a) até o saneamento do processo, desde que haja consentimento do réu.
- b) até o término da fase postulatória, independentemente do consentimento do réu.
- c) a qualquer tempo, sempre subordinado ao consentimento do réu.
- d) após a citação do réu e independentemente do seu consentimento, se este for revel.

Questão 14

Analise as assertivas abaixo,

I - inexistência ou nulidade da citação.

II – preempção, litispendência ou coisa julgada.

III - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;

IV – toda matéria de mérito.

Incumbe ao réu em preliminar de contestação alegar, EXCETO:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) IV.

Questão 15

Em relação a reconvenção no NCPC, pode-se afirmar que:

- a) Na reconvenção, o polo ativo deverá ser o réu, não sendo permitido incluir terceiro como reconvinte.
- b) A ação e a reconvenção necessariamente deverão ser julgadas na mesma sentença para evitar decisões conflitantes.
- c) Na reconvenção, o reconvido deverá ser o autor da ação, não admitindo a existência de litisconsórcio deste com terceiro.
- d) O réu poderá propor reconvenção independentemente do oferecimento da contestação.

Disciplina: Direito Processual Penal I
Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 16

A doutrina é unânime ao apontar que os princípios constitucionais, em especial os relacionados ao processo penal, além de revelar o modelo de Estado escolhido pelos cidadãos, servem como meios de proteção da dignidade humana. Referidos princípios podem se apresentar de forma explícita ou implícita, sem diferença quanto ao grau de importância. São princípios constitucionais explícitos:

- a) juiz natural, vedação das provas ilícitas e promotor natural;
- b) devido processo legal, contraditório e duplo grau de jurisdição;
- c) ampla defesa, estado de inocência e verdade real;
- d) contraditório, juiz natural e soberania dos veredictos do Júri.

Questão 17

Acerca do princípio da inocência, assinale a opção correta.

Alternativas

- A - O juiz deve ter plena convicção de que o acusado é responsável pelo delito, bastando a dúvida a respeito da sua culpa para absolvê-lo.
- B - O réu tem o dever de provar sua inocência e cabe ao acusador apresentar indícios de autoria e materialidade.
- C - Com a decisão de pronúncia, que reconhece a existência de crime e indícios de autoria, o nome do réu pode ser incluído no rol dos culpados.
- D - A restrição à liberdade do acusado antes da sentença definitiva deve ser admitida sempre que se verificar o *fumus boni iuris*, independentemente da existência de *periculum in mora*.

Questão 18

Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta.

- a) costume e lei;
- b) costume e jurisprudência;
- c) doutrina e jurisprudência;
- d) lei e costume.

Questão 19

Assinale a alternativa em que se encontra uma característica do sistema acusatório.

- a) o julgador é protagonista na busca pela prova;
- b) as decisões não precisam ser fundamentadas;
- c) a atividade probatória é atribuição natural das partes;
- d) as funções de acusar e de julgar são concentradas em uma das pessoas;

Disciplina: Direito Agrário
Professor: Me. Mário César M Miranda

Questão 20

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), é imóvel rural o prédio rústico

- a) de área contínua superior a 1 (um) hectare, de propriedade de pessoa física.
- b) de área contínua, situado fora da zona urbana do município.
- c) que, explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico.
- d) de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativa, florestal ou agroindustrial.

Questão 21

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, a função social da propriedade pode ser entendida como um limite encontrado pelo legislador para delinear a propriedade, em obediência ao princípio da prevalência do interesse público sobre o interesse particular. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos, EXCETO:

- I. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários.
- II. utilização econômica dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- IV. elevada produtividade.

Marque a opção CORRETA

- a) I está correta.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e IV estão corretas.
- d) IV está correta.

Disciplina: Responsabilidade Civil
Professora: Esp. Ronaldo Carvalho

Questão 22

Fábio é proprietário de um sítio no qual planta hortaliças. Roberto, seu vizinho, cria abelhas para a produção de mel. Segundo Fábio, porém, as abelhas de Roberto atrapalham a venda das hortaliças, afugentando seus clientes. Por tal razão, Fábio passou a utilizar agrotóxicos que, embora de venda permitida, sabidamente, além de protegerem a lavoura, matam as abelhas do vizinho. Depois de dizimadas as abelhas, Fábio voltou a utilizar os agrotóxicos que utilizava anteriormente e que não eram nocivos às abelhas de Roberto. Fábio cometeu ato:

- a) lícito, pois os agrotóxicos eram de venda permitida.
- b) lícito, pois não é obrigado a tolerar atividade de vizinho que lhe traz prejuízos.
- c) ilícito, pois, ao utilizar agrotóxico que dizimou as abelhas, quando poderia utilizar outro, seu ato excedeu manifestamente os limites impostos pela boa fé, podendo Roberto postular indenização.
- d) lícito, pois o ordenamento jurídico protege a livre iniciativa.

Questão 23

Felipe, atrasado para um compromisso profissional, guia seu veículo particular de passeio acima da velocidade permitida e, falando ao celular, desatento, não observa a sinalização de trânsito para redução da velocidade em razão da proximidade da creche Arca de Noé. Pedro, divorciado, pai de Júlia e Bruno, com cinco e sete anos de idade respectivamente, alunos da creche, atravessava a faixa de pedestres para buscar os filhos, quando é atropelado pelo carro de Felipe. Pedro fica gravemente ferido e vem a falecer, em decorrência das lesões, um mês depois. Maria, mãe de Júlia e Bruno, agora privados do sustento antes pago pelo genitor falecido, ajuíza demanda reparatória em face de Felipe, que está sendo processado no âmbito criminal por homicídio culposo no trânsito. Com base no caso em questão, assinale a opção correta.

- a) Felipe indenizará as despesas comprovadamente gastas com o mês de internação para tratamento de Pedro, alimentos indenizatórios a Júlia e Bruno tendo em conta a duração provável da vida do genitor, sem excluir outras reparações, a exemplo das despesas com sepultamento e luto da família.
- b) Felipe deverá indenizar as despesas efetuadas com a tentativa de restabelecimento da saúde de Pedro, sendo incabível a pretensão de alimentos para seus filhos, diante de ausência de previsão legal.
- c) Felipe fora absolvido por falta de provas do delito de trânsito na esfera criminal e, como a responsabilidade civil e a criminal não são independentes, essa sentença fará coisa julgada no cível, inviabilizando a pretensão reparatória proposta por Maria.
- d) Felipe, como a legislação civil prevê em caso de homicídio, deve arcar com as despesas do tratamento da vítima, seu funeral, luto da família, bem como dos alimentos aos dependentes enquanto viverem, excluindo-se quaisquer outras reparações.

~~~~~

**“Quando existe determinação, os sonhos se tornam visões do futuro”.**